

ESTRUTURA AGRÁRIA NO RS: O ASSENTAMENTO NOVA RAMADA

Derli Bolsin Trindade*

Norton Luís Bueno da Silva**

RESUMO

O objetivo do trabalho é fazer uma breve síntese da situação agrária do Rio Grande do Sul, bem como analisar a desapropriação de uma área não produtiva para assentamento. No Rio Grande do Sul, conforme dados estatísticos, existem áreas disponíveis para uma reorganização agrária (arrendamento, parceria ou desapropriação para fins de Reforma Agrária). Mesmo apresentando problemas de estrutura interna o assentamento conseguiu transformar um latifúndio em área produtiva e aumentar sua contribuição social à comunidade.

INTRODUÇÃO

A agricultura possui um papel fundamental na superação da fome, não só aumentando a produção agrícola, mas também, levando alimentos para os excluídos do consumo, ou seja, os famintos; hoje segundo dados da Fundação Osvaldo Cruz ao redor de 32 milhões de pessoas são famintas e a metade destas vivem no meio rural.

Para a agricultura conseguir o seu papel tem que enfrentar três grandes problemas, estrutura de poder político, concentração fundiária e distribuição de renda.

A estrutura de poder político clientelista é comprovada historicamente no Brasil desde o seu descobrimento e principalmente nos dias atuais. É muito fácil observar o tratamento dispensado a maioria da população em relação ao atendimento de suas necessidades básicas de vida, que são praticamente ignoradas por parte da representatividade política, identificada com as classes dominantes.

Falar da questão agrária é tão antigo quanto estudar a origem do homem no mundo, primeiro por que se tratar de um assunto polêmico de cunho ideológico que levanta bandeiras de lutas de multidões (e principalmente partidos políticos em épocas de eleição); segundo

* Professor Adjunto do Departamento de Educação Agrícola e Extensão Rural

** Acadêmico do Curso de Agronomia da Universidade Federal de Santa Maria

porque leis agrárias existem muitas, veja por exemplo o Estatuto da Terra criado pela lei 4505 de 20/11/64, e recentemente a nova Constituição promulgada em 05/10/1988 que em seu parágrafo III refere-se à política agrícola fundiária e reforma agrária, e estabelece claramente as funções da União no incentivo, desapropriação e financiamento da reforma agrária. Mas as leis complementares recentemente é que foram aprovadas (Lei 8629 de 29/02/83); ou seja, as leis e discursos andam a toque de bala mas na prática é emperrada e anda em ritmo de tartaruga.

Pode-se observar que a concentração fundiária é muito grande; pois a maior área de plantio se localiza em pequeno número de propriedades rurais e a maioria dos estabelecimentos ocupam um espaço pequeno (Tabela 1), sendo responsáveis por 60% da produção de produtos destinados à alimentação, superando as unidades de mais de 1000 ha que ocupam área considerável para a produção agrícola.

TABELA 1 - Estrutura fundiária no Rio Grande do Sul - 1985.

Tipo de propriedade	nº de estabelecimentos	%	área em ha	%
Menos de 10 ha	182.402	36,65	876.130	3,67
10 a 100 ha	279.693	56,21	7.266.789	30,51
100 a 1000 ha	32.203	6,48	9.160.901	38,41
Mais de 1000 ha	3.317	0,66	6.513.425	27,35
TOTAL	497.615	100,00	23.817.254	100,00

FONTE: Censo Agropecuário do IBGE - anotações preliminares, 1985.

A distribuição de renda rural possui uma relação direta com a concentração fundiária, também está relacionada com a população urbana pois é a maior consumidora dos produtos agrícolas (Tabela 2).

TABELA 2 - Distribuição de renda no Brasil, 1981 e 1989.

1981	1% da população mais rica	13% renda do país
1989	1% da população mais rica	17% renda do país
1981	10% da população mais pobre	9% renda do país
1989	10% da população mais pobre	6% renda do país

Fonte: IBGE - PNAD, 1991.

Conclui-se pelos dados da tabela que: os mais pobres tornam-se miseráveis e os ricos mais enriquecidos ainda.

A expectativa deste texto é fazer uma breve síntese da situação agrária do RS, bem como analisar a desapropriação de uma área não produtiva para assentamento da Cooperativa Nova Ramada no município de Júlio de Castilhos.

O processo de desenvolvimento rural necessita de novos parâmetros para orientar a sua execução pois, os antigos modelos mostram-se ineficientes, excludentes e concentradores de renda. Pode-se citar como exemplo a chamada “Revolução Verde” dos anos 70-80 que trouxeram como consequência a chamada “Década Perdida”, segundo alguns estudiosos do assunto.

Os autores defendem a idéia de que o assentamento rural se constitui em uma nova proposta alternativa de desenvolvimento. E alguns exemplos, como o de Nova Ramada, em Júlio de Castilhos, começam a comprovar sua experiência como acelerador do desenvolvimento.

HISTÓRICO DA SITUAÇÃO AGRÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL

Para entender a estrutura agrária do Brasil e especialmente no RS, é indispensável que se faça um resgate histórico de como se deu a distribuição de terras no País.

As sesmarias foram o marco inicial do processo de colonização, eram grandes extensões de terras que objetivaram uma produção baseada na monocultura (cana-de-açúcar dentre outras e principalmente destinadas a exportação); sendo uma cópia do sistema feudal já decadente na Europa.

A coroa portuguesa fazia doações de glebas de terras, a pessoas que se aventurassem a vir para o Brasil com o objetivo de se dedicarem a essa atividade. Logo, a ocupação da terra visava os interesses mercantis europeus, utilizando para isso a mão-de-obra escrava “administrada” pelos emigrantes europeus.

Em 1820 é decretado o fim do regime de sesmarias, por representar uma estrutura arcaica e que não mais servia aos interesses europeus.

Em 1850 devido a crise de mão-de-obra escrava, o estado instituiu a Lei de Terras, dificultando ainda mais o acesso de trabalhadores livres a ela, pois para conseguir este acesso era necessário a posse de títulos, registros, pagamentos de impostos e taxas, e por não disporem destes recursos, os trabalhadores eram obrigados a venderem sua força de trabalho ao capital para sobreviverem.

A partir de 1930 (fim do ciclo do café), o tema “Reforma Agrária” é posto em pauta, porém não passa de um item a mais nas propostas populistas do Estado Novo.

Com o processo de industrialização, iniciado a partir de 1955, as primeiras indústrias (principalmente automobilísticas) se estabelecem no país, que mergulha na “febre do desenvolvimento”.

O golpe militar de 1964, sem dúvida foi um dos marcos mais importantes na questão agrária, pois reprimiu de forma violenta os movimentos sociais no campo e, definitivamente serviu como suporte para que o capital estrangeiro se consolidasse no País; nesta época, dezembro de 1964, foi criado o Estatuto da Terra.

Fruto disto, veio a Revolução Verde em 1970, em que a proposta (criada pelos empresários estrangeiros, e difundida pelo regime militar) se baseava num aumento da fronteira agrícola através da absorção de tecnologia pelo campo, tais como máquinas agrícolas, defensivos, insumos, etc... de modo que a reforma agrária passava a ser um empecilho para o sucesso da proposta, pois como a produção agrícola seria muito grande, não haveria necessidade de se fazer uma distribuição de terra. Porém, a própria história se encarregou de desfazer tais afirmações; pois a produção cresceu no primeiro estágio, decresceu no segundo mesmo com o aumento do uso de insumos.

Analisando a história agrária do Brasil, pode-se perceber o tipo de estrutura fundiária encontrado no Estado: uma estrutura caracterizada por latifúndios de grandes dimensões (em pequeno número) e, tendo como base de produção a monocultura voltada para exportação, e um grande número de minifúndios caracterizados por uma pequena extensão de terra, e tendo como base de produção a policultura, destinada ao consumo interno (Tabela 3).

Além de uma estrutura fundiária nada benéfica, liga-se a isto o alto grau de descapitalização em que o pequeno agricultor se encontra. Isto se deve ao tipo de política

agrícola criada para o setor, em que somente a monocultura é beneficiada, desde o crédito para o plantio, até a comercialização do produto, que os grandes empresários rurais têm a sua disposição. Deste modo, o protecionismo do Estado para com o latifúndio, e o desleixo para com o pequeno agricultor, justificam o grande êxodo rural ocorrido nos últimos 25 anos no Estado.

TABELA 3 - Estrutura fundiária do Brasil (segundo dados de Imóveis Rurais e Área) - 1972/78.

TIPOS DE IMÓVEIS RURAL	IMÓVEIS RURAIS				ÁREA			
	Quantidade (em mil)		% sobre o total		Milhões de hectares		% sobre o total	
	1972	1978	1972	1978	1972	1978	1972	1978
Minifúndio	2.437	2.036,6	72	67,3	46,2	35,6	12	9
Emp. Rural	162,8	112,9	4	3,7	35,9	22,7	10	6
Latifúndio por exploração	787,2	875,6	24	29,0	270,0	313,8	73	77
Latifúndio por dimensão	0,2	0,3	-	-	17,9	31,4	5	8
TOTAL	3.387,2	3.027,4	100	100	370,0	400,5	100	100

FONTE: INCRA, 1979.

Portanto, a luta pela posse da terra no Brasil é muito antiga, e quando o sistema é ameaçado pela organização dos movimentos sociais no campo, o próprio Estado se encarrega de intervir de modo a garantir o poder nas mãos de uma minoria.

Nestas circunstâncias, o Estado é visto como um mediador, amenizando os conflitos sociais que começaram a despontar.

Percebe-se assim, que é impossível se fazer uma reforma agrária séria e justa, sem mexer na atual estrutura de poder, um País de oitava economia do mundo, mas com um número alarmante de famintos; ao redor de 32 milhões.

MUNICÍPIO DE JÚLIO DE CASTILHOS

O atual município de Júlio de Castilhos, fundado em 14 de julho de 1891, primeiramente conhecido como Vila Rica, foi um dos municípios do Rio Grande do Sul que as primeiras reduções jesuíticas ocuparam no ano de 1633, antes da formação dos Sete Povos das Missões, sendo denominado Redução de Natividade de Nossa Senhora, o qual foi fundado pelo Padre Pedro Alvarez. Com o passar do tempo começaram a surgir as primeiras estâncias jesuíticas missioneiras de São Pedro, São Domingos e Santo Antônio.

Através das conquistas das Missões no ano de 1801, paulistas descendentes de açorianos começaram a se fixar no povoado.

Em 1820 aproximadamente, a Coxilha Durasnal (atualmente o centro da cidade), servia como pouso dos tropeiros que vinham de São Martinho para Cruz Alta demandando para Feira de Sorocaba.

No ano de 1883 começa a chegada dos primeiros imigrantes italianos no município, formando a Colônia Núcleo Norte (hoje município de Ivorá).

Localizado no Planalto Médio com uma área de 2.914 km onde está distribuída uma população de 25.372 pessoas, sendo que 47,21% vivem no meio rural e 52,79% no meio urbano.

No meio rural encontramos 2.371 propriedades rurais (Tabela 4) no qual a estrutura fundiária está baseada em subsistemas diferenciando pequena propriedade (colonias), grandes propriedades e empresas capitalistas.

Segundo dados da EMATER do município os cultivos da soja, milho, trigo, feijão, batata e fumo são os que mais se destacam. Com o aumento da área plantada, clima propício e um manejo adequado da cultura, fizeram com que a soja e o trigo obtivessem um aumento de produção no ano de 1989 (Tabela 5 e 6).

TABELA 4 - Estratificação das propriedades rurais no município de Júlio de Castilhos, RS (1992).

Estrato (ha)	Nº Propriedades	%	Área (ha)	%
0 à 10	461	19,48	2.335	0,86
10 à 20	464	19,61	6.351	2,33
20 à 50	704	29,75	21.732	7,98
50 à 100	308	13,02	20.919	7,68
100 à 200	153	6,47	20.976	7,71
200 à 500	142	6,00	44.633	16,39
500 à 1.000	73	3,09	46.617	17,12
1.000 à 20.000	47	1,99	69.109	25,38
20.000 à 50.000	14	0,59	39.598	14,55

FONTE: EMATER - Júlio de Castilhos, RS.

TABELA 5 - Área colhida, quantidade produzida e rendimento médio das principais culturas no município de Júlio de Castilhos nos anos de 1988/89.

Ano	Culturas	Área Colhida (ha)	Quant. Produzida (ton)	Rend. Médio (ton/ha)
1988	Batata Inglesa	760	4.848	6,38
1989	Batata Inglesa	314	2.586	8,24
1988	Feijão	1.600	1.368	0,86
1989	Feijão	1.285	0,89	0,70
1988	Fumo	1.000	1.150	1,15
1989	Fumo	650	585	0,90
1988	Milho	5.000	6.300	1,26
1989	Milho	3.750	7.875	2,10
1988	Soja	47.500	61.750	1,30
1989	Soja	51.400	89.950	1,75
1988	Trigo	4.000	5.580	1,40
1989	Trigo	3.500	7.930	2,27

FONTE: Anuário Estatístico do Rio Grande do Sul, v.22 e 23, 1989/90.

Conhecido como Capital do Gado Charolês, apresentava em 1989 um rebanho bovino de 162.866 cabeças (Tabela 7), enquanto que o rebanho ovino era de 60.905 cabeças. No ano de 1990 no município foram ordenhadas 3.415 vacas obtendo uma produção de 4.798.000 litros de leite.

Após mais um século de existência como município, Júlio de Castilhos continua com a sua economia baseada na agricultura.

TABELA 6 - Produção e produtividade das principais culturas e criações de Júlio de Castilhos, RS - 1991/92.

Atividade	Unidade (ha)	Unidade (cab.)	Produtividade (kg/ha)	Índices produtivos	Produção (1000 ton)	Produção (1000 kg)
Soja	42.000	-	2.100	-	88,2	-
Milho	9.000	-	3.000	-	27,0	-
Trigo	2.500	-	1.300	-	3,25	-
Feijão	1.700	-	1.200	-	2,04	-
Batata	400	-	9.000	-	3,60	-
Fumo	1.000	-	15.000	-	15,0	-
Bovino de Corte	-	176.174	-	12% desfrute	-	10.887
Vaca Lactação	-	3.200	-	9,5 l/dia	-	432
Ovino	-	61.800	-	2 kg/lã/cab.	-	123,6

FONTE: EMATER - Júlio de Castilhos, RS.

TABELA 7 - Efetivo dos rebanhos da pecuária no município de Júlio de Castilhos, RS - 1988/89.

Ano	Rebanho	Efetivo (cabeça)	Ano	Rebanho	Efetivo (Cabeça)
1988	Bovinos	173.203	1989	Bovinos	162.866
1988	Ovinos	55.665	1989	Ovinos	59.120

FONTE: Anuário Estatístico do Rio Grande do Sul, v. 22 e 23, 1989/90.

O ASSENTAMENTO NOVA RAMADA

Os movimentos sociais chamados sem-terra não possuem data específica de seu início. Esta aglutinação de forças reivindicadora de acesso à terra se evidenciou mais a partir de 1978.

No Rio Grande do Sul, as primeiras ocupações ocorreram quando cem famílias ocuparam a Fazenda Macali em Ronda Alta e prosseguiram quando, 240 famílias descendentes de índios Kaingang expulsaram da Reserva de Nonoai 1400 famílias de posseiros, parte se deslocou para o Mato Grosso e outras decidiram lutar por terras no Rio Grande do Sul. Um grupo de famílias, das originárias de Nonoai, deslocou-se para o município de Júlio de Castilhos onde

invadiu, foi expulso, retornou e conseguiu que o INCRA lhe concedesse o título de posse da Fazenda Nova Ramada.

O processo de assentamento da Fazenda Nova Ramada iniciou em março de 1989 através do INCRA e Secretaria da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul. Situado no Planalto Médio a 20 km da sede do município de Júlio de Castilhos, fazendo divisa com os municípios de Santa Maria, Faxinal do Soturno, Tupanciretã, Salto do Jacuí, Pinhal Grande e Fortaleza dos Valos.

Segundo dados levantados pela Universidade de Ijuí, em 1989, sobre a migração da população do assentamento Nova Ramada, 71,8% das pessoas moravam em apenas um município, e que 81,8% são provenientes do meio rural de uma mesma região.

Quando da ocupação da fazenda, em fevereiro de 1989, eram 100 famílias, com as seguintes origens étnicas: 76,39% brasileiros (índigenas), 14,78% italianos, 5,13% alemães, 3,70% poloneses, chegando no mês de outubro do mesmo ano com uma população de 411 pessoas numa área de 2800 ha (Tabela 8).

TABELA 8 - Etnia da população do assentamento "Nova Ramada" (1989).

Etnia	Residem		Não residem		Não responderam		Total	
	N ^o	%	N ^o	%	N ^o	%	N ^o	%
Brasileiros	316	64,89	46	9,45	10	2,05	372	76,39
Italianos	64	13,14	8	1,64	-	-	72	14,78
Alemães	23	4,72	2	0,41	-	-	25	5,13
Poloneses	8	1,64	10	2,05	-	-	18	3,70
TOTAL	411	84,39	66	13,55	10	2,05	487	100,0

FONTE: UNIUI.

Através da união e determinação, os assentados deixaram para trás uma agricultura de subsistência praticada pelos seus pais na região do Alto Uruguai e começaram a desdobrar o campo nativo que receberam proveniente do processo de desapropriação, construindo a história da organização das famílias para fundarem a Cooperativa de Produção Agropecuária Nova Ramada (COOPANOR). O seu organograma está dividido em 8 departamentos e subdivididos em 12 equipes conforme o tipo de produção, tendo, um coordenador que

juntamente com o presidente, o vice e o secretário formam o Conselho Administrativo, com 15 pessoas.

Com poucos insumos e maquinário disponíveis para fazerem o plantio das culturas de verão e mesmo as condições climáticas adversas, foi possível executar o plantio. A seca que assolou o estado em 1989, também atingiu a Cooperativa e a primeira colheita não trouxe bons resultados para os colonos. Foram plantados 1200 ha, que tiveram uma safra de apenas 180 sacas de milho dos 80 ha, e 1200 sacas de soja, mesmo assim muito significativo para o que havia no antigo latifúndio.

Com os problemas ocorridos na safra de 1989/90, os colonos não se curvaram diante das dificuldades e continuaram em busca de seus objetivos de produzir alimentos.

No planejamento participativo em 1990/91 mudou-se o direcionamento da matriz produtiva, aumentando a área dos produtos de cesta básica e diminuindo a área dos produtos de exportação (por exemplo a da soja).

Com aumento da área plantada com trigo, feijão e girassol colheram 160 sacos de feijão de apenas 10 ha, dos 40 ha plantados. Em 15 ha colhidos dos 16 ha plantados com girassóis, obtiveram uma produção de 25.600 kg e o trigo em 100 ha plantados foram colhidos 2.200 sacos.

Visando melhorar a qualidade do solo, e conseqüentemente a produtividade, foram realizadas análises no laboratório da UFSM e seguidas as orientações técnicas de como proceder a aplicação dos corretivos. Na segunda safra, através da análise, foram recomendadas 10 ton de calcário parcelado para corrigir a acidez do solo.

No setor de pecuária em 1990 obtiveram 60.000 litros de leite/ano, tendo 16 vacas em lactação. Venderam 280 porcos/ano, tendo 12 matrizes.

Na safra de 1991/92 a soja foi atacada pelo cancro da haste prejudicando a produtividade, mesmo assim dos 200 ha plantados foram colhidos 5.600 sacas, o milho 7.200 sacas em 170 ha plantados, feijão 465 sacas (280 ha), trigo 1.800 sacas (100 ha), arroz 190 sacas nos 7,5 ha. O plantio que teve maior problema foi o do girassol, em 45 ha plantados somente 20% de sementes germinaram, a causa foi o poder germinativo que a mesma possuía,

ocasionando um grande prejuízo no assentamento, pois os próprios colonos arcaram com o ônus do preparo da terra e do plantio, embora não tenha sido necessário pagar pela semente.

Com 27 vacas em lactação na Cooperativa de Produção Agropecuária Nova Ramada obtiveram no ano de 1991, 100.000 litros de leite/ano, uma média de 8.333 litros/mês, com uma média de produção/vaca superior a média do Estado, sendo 20% desta produção destinada ao sustento dos associados e o restante comercializado.

Para safra de 1992 nos 75 ha plantados com trigo a produção foi de 1.050 sacos, feijão 162 sacos em 13 ha, a safrinha de feijão em 7 ha, obteve 80 sacos. As estimativas de colheita para a soja são de 4.600 sacos nos 178 ha plantados, e o milho 2.000 sacos nos 50 ha.

A produção de leite não sofreu variação em relação ao ano anterior tendo a mesma produtividade, mas melhorando sua qualidade em função da assistência técnica que diminuiu a incidência de doenças. Nesse aspecto, foi importante a contribuição do laboratório veterinário que realizou as análises do leite, proporcionando, através dos exames (antibiograma), um tratamento mais econômico e eficaz para o tratamento da mamite, sempre associado a metodologia grupal e integrada.

Para fazer o plantio e comercializar o seus produtos os colonos tentaram várias formas de produção coletiva e economia solidária como o uso do mutirão com metodologia utilizada, até na construção de suas casas.

A contabilidade, como departamento da cooperativa, tem a função de controlar os custos e ganhos da produção, também tem a responsabilidade de dividir sobras com o grupo de uma maneira proporcional ao trabalho de cada associado, onde o coordenador da equipe anota quantas horas o mesmo trabalhou, durante o período. Não é fornecido na hora, o que cabe a cada trabalhador é indexado ao produto, isto é, o associado possui crédito de tantas sacas de um ou mais produtos nos cofres da cooperativa. Necessitando o dinheiro, aí sim, por conseguinte, é autorizada a venda do produto e recebe em papel moeda ou cheque.

A área onde ocorreu o assentamento, mesmo tendo problemas de infraestrutura e média de produtividade; está fazendo com que as condições de vida das famílias assentadas comecem a melhorar, pois está ocorrendo um crescimento na integração de mercados. No caso da Cooperativa da Fazenda Nova Ramada houve criação de feiras do produtor nos

municípios de Júlio de Castilhos e Tupanciretã, onde os colonos ganham mais e os consumidores pagam menos, pois adquirem alimentos mais saudáveis e a preços mais baratos; e também promovem o desenvolvimento rural e a fixação dos mesmos no campo, evitando que aumentem os cinturões de miséria das grandes cidades.

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

1. Segundo dados estatísticos de censos agrários pode-se observar que no RS existem áreas disponíveis para uma reorganização agrária através do arrendamento, parceria, ou desapropriação para fins de reforma agrária das propriedades comprovadamente improdutivas.

2. A miséria rural e urbana jamais será diminuída se a terra não cumprir a sua função social dando oportunidade a quem tem aptidão de produzir alimentos para atender aos famintos e marginalizados do processo produtivo.

3. Deve-se desmistificar a premissa que o acesso à terra é o elemento essencial do processo produtivo, pois este representa apenas 16% do custo de um assentamento de uma família rural, segundo declarações do Ex-Presidente do INCRA Dr. Renato Simplicio Lopes; portanto, trata-se de uma opção política de governo, que realmente se identifique com a maioria. E para comprovar a afirmação, segundo as estimativas do INCRA para cumprimento das áreas de assentamento do Governo Collor no ano 90/91, das 5.020 famílias previstas, apenas 23 foram assentadas numa área de 583 ha; sendo que, a previsão era de 100.400 ha (Tabelas 9 e 10). De outro lado, não pode haver acomodação e simplesmente concordar-se com a situação dizendo-se que a Reforma Agrária é inviável economicamente, refrão muito utilizado por grupos anti-reformistas.

4. A Reforma Agrária é um processo político que bem conduzido é auto sustentável a médio e longo prazos, pois o investido é, seguramente, recuperado seja na produção de alimentos ou na forma indireta pelos impostos. Segundo relatório dos Principais Indicadores Sócio-Econômicos dos Assentamentos de Reforma Agrária, um estudo promovido pelos programas da Organização das Nações Unidas para Agricultura, Alimentação e Desenvolvimento (FAO/PNVD) e Ministério da Agricultura, sugere que, se o processo de

reforma agrária continuar sendo aplicado com populações de baixa renda, haverá uma melhora dos indicadores sócio-econômicos, não só das áreas rurais, mas da sociedade como um todo. Se não forem assentadas, as famílias que não têm terra para plantar serão candidatas a integrar os chamados "cinturões de miséria" das grandes cidades brasileiras (ZERO HORA, 21/05/92).

TABELA 9 - Metas de assentamento para o período 1990/94 por grande região e por unidade de federação - Brasil.

ESTADO	Famílias			Área (ha)	
	Período 90/94	Por Ano	Nº ha por família	Período 90/94	Por Ano
Paraná	27.800	5.560	20	556.000	111.200
Santa Catarina	9.650	1.930	20	193.000	38.600
R.G. do Sul	12.550	2.510	20	251.000	50.200
Região Sul	50.000	10.000	20	1.000.000	200.000

FONTE: Dados apresentados no 36º CONEA por Luís Fernando F. Amstalden em 14/08/93 - Florianópolis, SC.

TABELA 10 - Comparação entre as estimativas do INCRA para cumprimento das metas de assentamentos do Governo Collor e o que foi realmente realizado.

ESTADO	Previsão INCRA Metas a serem cumpridas entre 90/91		Realização do Governo Collor entre 90/91	
	Nº Famílias	Área (ha)	Nº Famílias	Área (ha)
Paraná	11.120	222.400	187	7.449
R.G. do Sul	5.020	100.400	23	583
Santa Catarina	3.860	77.200	112	1.724
Região Sul	20.000	400.000	322	9.756

FONTE: Dados apresentados no 36º CONEA por Luís Fernando F. Amstalden em 14/08/93 - Florianópolis, SC.

5. No caso da Cooperativa de Produção Agropecuária Nova Ramada (COOPANOR), além de transformar o latifúndio em propriedade produtiva; no qual a propriedade não cumpria sua função social, não aproveitando a terra para produção de alimentos agrícolas e nem para exploração da pecuária. Mesmo ainda o assentamento com problemas de estrutura

interna (deficiências econômicas, técnicas e gerenciais), a média do nível de vida das famílias assentadas tem melhorado consideravelmente em relação a situação inicial, pois a alimentação abundante e variada, e a moradia antiga somente de lonas agora são de tabuas ou até mesmo de alvenaria, outro dado importante e contribuição social que vem sendo prestado a outras famílias através das feiras do produtor, onde há oferta dos produtos de qualidade e preços mais baixos do que os mercados.

6. Julga-se importante o envolvimento de Instituições que se identifiquem com a luta, dos movimentos sociais no campo (especialmente no caso do Movimento dos Sem-Terra), fornecendo-lhes informações tecnológicas e gerenciais dentro de suas especificidades do conhecimento científico.

7. O envolvimento político se torna necessário no momento, para garantir e melhorar a legislação agrária referente à política de desapropriação e recursos destinados a realização da Reforma Agrária, pois movimentos antagônicos se organizam fortemente tentando "lobbys" que visam dificultar ou até mesmo tornar inviável a Reforma Agrária.

BIBLIOGRAFIA

- A RAZÃO. Municípios fortalecem a economia do Estado. Santa Maria (RS), 09/09/1984. Suplemento especial 50 anos.
- ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO RIO GRANDE DO SUL (Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser). Porto Alegre, v. 22-23, 1989/90.
- COSTA, F. (org.). Terra de Vila Rica: contribuição ao estudo da história do município de Júlio de Castilhos. Júlio de Castilhos (RS), Prefeitura Municipal, 1991. 480p
- FURTADO, C. Pequena introdução ao desenvolvimento: enfoque interdisciplinar. São Paulo, Nacional, 1980. 162p.
- JÚLIO DE CASTILHOS (Prefeitura Municipal). Os 350 anos de redução de Natividade. Júlio de Castilhos (RS), Centro Cultural Francisco Salles, 1983. 16p.
- NASCIMENTO FILHO, J.C. do. Forma coletiva de organização da produção em assentamento do RS. Santa Maria (RS), UFSM, 1990. 112p. Dissertação (Mestrado em

Extensão Rural), Centro de Ciências Rurais, Universidade Federal de Santa Maria, 1990.

SCHERER, I.W. Movimentos sociais. Florianópolis, UFSC, 1989. 150p.

ZERO HORA. FAO prova sucesso dos assentamentos. Porto Alegre, 21/05/1992.

CPGexR - DEAER
CCR - UFSM
SALA DE ESTUDO